

Brasil: A cruenta luta campesina

Um resumo das principais notícias do mês de junho/2011 relativas aos problemas e conflitos na área rural do país.

Instituto do Observatório Social, 02/06/11

Governo analisará lista de pessoas ameaçadas de morte por conflitos no campo para definir proteção

A ministra da Secretaria de Direitos Humanos, Maria do Rosário, disse hoje (31) que fará uma análise da lista entregue pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) com o nome de 207 pessoas que sofreram ameaças de morte relativas a conflitos no campo, nos últimos anos. Algumas dessas pessoas foram ameaçadas mais de uma vez. Os nomes foram entregues durante reunião entre representantes da CPT, a ministra Maria do Rosário e o secretário executivo do Ministério da Justiça, Luiz Paulo Barreto.

Entre os 207 nomes, há 30 pessoas que já sofreram tentativa de assassinato e que, segundo a ministra, terão prioridade para entrar no programa de proteção a testemunhas.

"Nesse momento, em que temos políticas de proteção a testemunhas ameaçadas de morte, políticas na Secretaria de Direitos Humanos para a proteção de defensores de direitos humanos, seria errôneo, seria ilusório dizermos que temos condições de atender a uma lista com tantos nomes [de pessoas] que receberem ao menos uma ameaça", afirmou a ministra.

Maria do Rosário disse ainda que a melhor solução é uma ação conjunta entre ministérios, a Polícia Federal, os estados e o Poder Judiciário local. *"A SDH agirá procurando trabalhar com as comunidades, mas compreendendo que a atuação da Polícia Federal e da Justiça, a atuação global dos ministérios é o melhor que podemos apresentar para a proteção dos ameaçados", explicou.*

O secretário executivo do Ministério da Justiça, Luiz Paulo Barreto, disse que o ministério vai reativar a Operação Arco de Fogo, para ajudar no enfrentamento aos crimes ocorridos no Pará e em Rondônia também para coibir práticas como a extração ilegal de madeira na região.

"Vamos retomar a Operação Arco de Fogo naquela região como medida de prevenção e de repressão aos crimes no campo. Temos convicção de que não adianta punir o crime de homicídio após a sua prática, precisamos punir os crimes de ameaça [como forma de prevenção]", afirmou.

Quanto à lista, Barreto reiterou que haverá análise caso a caso. *"Há casos em que uma orientação pode resolver e permitir a proteção desse indivíduo. Há casos em que uma vigilância presencial será necessária, tudo isso será analisado por uma equipe técnica", disse.*

O secretário disse ainda que as polícias Federal e Rodoviária Federal e a Força Nacional de Segurança vão trabalhar junto com as polícias estaduais para reforçar a presença da União nos estados onde ocorreram as mortes, no Pará e em Rondônia.

O advogado da CPT no Pará, José Batista Afonso, disse que, no ano passado, a CPT havia entregue a lista ao ministro da Justiça. Segundo Afonso, desde 1995, é feita a publicação dos nomes das pessoas ameaçadas de morte. *"[Essa lista] é de conhecimento público. É obrigação do Poder Público ter conhecimento e adotar políticas públicas [para coibir as ações criminosas]", enfatizou.*

Ele disse ainda que, para a CPT, a questão da violência no campo está relacionada com a concentração de terras, a reforma agrária, a demarcação de terras indígenas, de remanescentes de quilombos, de comunidades ribeirinhas e a definição de áreas de

proteção ambiental. *"Infelizmente essas questões não foram priorizadas e não têm sido priorizadas. Na medida em que as causas não são enfrentadas, a violência vai continuar"*.

Afonso disse que 1.588 pessoas foram assassinadas de 1985 até hoje, segundo levantamento da CPT, e que 91 mandantes de crimes foram julgados. Desses, 21 foram condenados e um cumpre pena, Vitalmiro de Bastos Moura, pela morte da missionária Dorothy Stang, assassinada em fevereiro de 2005.

Na semana passada, o casal João Cláudio e Maria do Espírito Santo foi morto a tiros em uma estrada vicinal que leva ao Projeto de Assentamento Agroextrativista Praia Alta-Piranheira, na comunidade de Maçaranduba 2, a 45 quilômetros do município de Nova Ipixuna, sudeste do Pará. Há suspeitas de que o crime foi cometido por encomenda. Também na semana passada, o corpo do agricultor Eremilton Pereira dos Santos, de 25 anos, foi achado no mesmo assentamento.

Em Rondônia, outro agricultor foi morto na última semana, Adelino Ramos, líder do Movimento Camponês Corumbiara, do distrito de Vista Alegre do Abunã, em Porto Velho. De acordo com a CPT, Adelino estava vendendo verduras que produzia no acampamento onde vivia, quando foi assassinado a tiros. Ele vinha sendo ameaçado de morte por denunciar a ação de madeireiros na divisa entre os estados do Acre, Amazonas e de Rondônia.

(Fonte: Agência Brasil)

MST Informa

Assassinatos expõem a violenta corrida pelo controle da Amazônia

Quatro mortes em cinco dias. Esse foi o saldo da violência na região amazônica brasileira no fim de maio, que evidencia o acirramento da disputa entre os interesses de grupos econômicos e de comunidades tradicionais na mira de grandes empreendimentos.

O caso que mais chamou a atenção ocorreu no dia 24, quando os líderes extrativistas Cláudio Ribeiro da Silva, conhecido como Zé Castanha, e sua esposa Maria do Espírito Santo da Silva foram assassinados por pistoleiros em uma emboscada no município de Nova Ipixuna, no Pará.

O casal era líder dos assentados do Projeto Agroextrativista Praia Alta da Piranheira, onde cerca de 350 famílias vivem e produzem de forma sustentável em um lote de aproximadamente 20 hectares. Eles também eram integrantes do Conselho Nacional de Populações Extrativistas (CNS), ONG fundada por Chico Mendes, e lutavam pela preservação das florestas na Amazônia.

O advogado da Comissão Pastoral da Terra (CPT) José Batista Afonso relata que, desde a criação do projeto, em 1997, os assentados sofrem pressões de carvoarias, madeireiras e grileiros de terras. *"A criação do assentamento foi muito tensa, havia muitos interesses ali, de madeireiras a gente que queria expandir produção de gado"*, conta.

Devido às constantes ameaças, Zé Castanha e Maria denunciaram a órgãos nacionais e internacionais que eram vítimas de perseguição. Mesmo assim, não recebiam qualquer proteção do Estado. Em um vídeo gravado em novembro de 2010, Zé Castanha alertou sobre a insegurança que o rondava. *"Sou castanheiro desde os sete anos de idade, vivo da floresta. Protejo ela de todo o jeito. Por isso, eu vivo com a bala na cabeça a qualquer hora. Eu vou pra cima e denuncio os madeireiros, os carvoeiros, e por isso eles acham que eu não posso existir"*, afirmou.

Testemunha

No mesmo assentamento de Nova Ipixuna, foi encontrado morto no dia 28 de maio o trabalhador rural Herenilton Pereira, de 25 anos. A vítima estava desaparecida desde o dia 26, quando teria ido, segundo familiares, comprar peixe no Porto do Barroso, localizado à beira do lago da represa de Tucuruí.

Herenilton seria uma das testemunhas dos homicídios de Zé Castanha e Maria. De acordo com a CPT, no dia do assassinato do casal, Herenilton e seu cunhado trabalhavam às margens de uma estrada a cerca de cinco quilômetros do local onde ocorreu o crime. Momentos depois, ambos presenciaram a passagem de dois homens em uma moto. As descrições coincidem com o relato de testemunhas que viram a entrada de dois pistoleiros no assentamento naquele mesmo dia.

Segundo Afonso, estão em andamento dois inquéritos que apuram as três mortes – um da Polícia Civil e outro da Polícia Federal –, mas ainda não foram divulgados resultados. *"A gente não pode dizer que [os três assassinatos] estão relacionados, mas a hipótese não pode ser descartada"*, aponta.

O rumo das investigações, no entanto, preocupa de antemão o advogado, que aponta a influência histórica do poder econômico dentro do Poder Judiciário no estado. *"Nunca foi fácil identificar e punir mandantes no Pará"*, destaca.

Rondônia

Outro assassinato ocorreu no dia 27, dessa vez em Rondônia. O agricultor Adelino Ramos, conhecido como Dinho, foi alvejado por um motoqueiro no distrito de Vista Alegre do Abunã, na capital Porto Velho, enquanto vendia verduras. Ele era sobrevivente do Massacre de Corumbiara, ocorrido em agosto de 1995, que resultou em pelo menos 11 mortes de trabalhadores sem terra.

Líder do Movimento Camponês de Corumbiara, Dinho denunciava a ação ilegal de madeireiros na fronteira entre os estados de Acre, Amazônia e Rondônia e, junto com outros trabalhadores, reivindicava uma área nessa região para a criação de um assentamento. Assim como Zé Castanha e sua esposa, Dinho havia alertado para as ameaças que sofria, mas nunca recebeu proteção do Estado.

Na manhã do dia 31, o principal suspeito do crime entregou-se à polícia. Segundo a Secretaria de Segurança de Rondônia, Ozeas Vicente trabalhava como funcionário de madeiras da região e estaria fazendo ameaças à vítima.

O assassinato, para padre Zezinho, da CPT de Rondônia, pode estar relacionado com o endurecimento das ações de fiscalização do Ibama nos últimos meses, a fim de coibir o desmatamento. *"O Ibama pressionou, e eles [madeireiros] deram uma resposta"*, sugere.

Os conflitos são tão intensos na área, segundo o agente da CPT, que os pistoleiros costumam circular livremente entre os moradores. *"Todo mundo sabe, mas ninguém fala nada, todo mundo tem medo. A gente faz as denúncias e não acontece nada"*, lamenta.

Padre Zezinho alerta ainda para a possibilidade de novas mortes. Como exemplo, ele cita o caso da agricultora familiar Nilcilene Miguel de Lima, que já sofreu inúmeras ameaças e hoje está foragida, como foi denunciado em artigo publicado na edição 430 do Brasil de Fato.

Desenvolvimentismo

O que há em comum entre os episódios, na avaliação de José Batista Afonso, é que todos refletem a violência associada à expansão do capital e dos grandes projetos na região amazônica.

"[As mortes] não são fatos isolados, e a violência é uma consequência desse desenvolvimento ligado ao agronegócio, à exploração extrativista e à corrida desses setores em direção à Amazônia. Quem está contra esses interesses é vítima dessa ganância", avalia.

A integrante da coordenação estadual do MST no Pará, Maria Raimunda, reitera a relação entre a escalada da violência e os mega empreendimentos na região. Em protesto contra a morte do casal de extrativistas, estudantes, professores e militantes do movimento interditaram a ponte rodo-ferroviária Carajás sobre o rio Tocantins, em Marabá, no dia 28. O objetivo era paralisar as atividades da mineradora Vale que, na avaliação dos movimentos sociais, é uma das impulsionadoras da violência na Amazônia.

"As carvoarias aqui da região existem para sustentar os projetos da Vale, porque aqui está tudo vinculado: extração de minério, siderurgia, carvoaria e madeiras. E para garantir a implementação dos projetos, eles passam por cima de qualquer pessoa", afirma.

E as perspectivas são ainda mais preocupantes com a aprovação do novo Código Florestal. Para padre Zezinho, as mortes já são consequência das disputas que envolvem o texto do deputado federal Aldo Rebelo (PCdoB). *"Isso não é uma casualidade, tem a ver com o Código e com a pressão dos ruralistas. A Dilma [Rousseff] endureceu, e o pessoal [ruralistas] deu uma resposta", ressalta.*

"O novo Código vai abrir caminho para a expansão desse modelo econômico e vai fortalecer a ação do latifúndio e do agronegócio em direção à Amazônia, afetando as comunidades tradicionais", avalia José Batista Afonso.

Medidas

Para tentar conter a violência na região, o governo federal anunciou a criação de um grupo de trabalho interministerial, coordenado pelo ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Gilberto Carvalho, no intuito de acompanhar a investigação dos assassinatos e acelerar ações de regularização fundiária.

Para a ministra Maria do Rosário, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, a iniciativa mostra que o governo federal está empenhado em coibir os crimes contra os trabalhadores rurais. O sucesso das ações, no entanto, dependerá de uma ação conjunta com os estados. *"Não poderemos agir sem que os governadores, as forças policiais dos estados, as ouvidorias, corregedorias e ministérios públicos nos estados estejam agindo", afirmou em coletiva de imprensa no dia 31.*

Na ocasião, a CPT entregou à ministra uma lista com 1.855 pessoas que foram ameaçadas nos últimos dez anos. Dessas, 207 receberam mais de uma ameaça, 42 foram assassinados e 30 sofreram tentativa de assassinato.

O advogado José Batista Afonso, no entanto, pondera que, antes de ações repressivas, o governo precisa atacar as causas da violência. *"É preciso que o governo priorize algumas ações que precisam ter mais agilidade, como a demarcação de terras indígenas e a regularização das terras de remanescentes de quilombos, comunidades ribeirinhas e áreas de proteção ambiental, além da fiscalização daquelas já existentes", pontua.*

(Fonte: Do Brasil de Fato - por Patrícia Benvenuti. Colaboraram Vinicius Mansur e Danilo Augusto)

O Globo, 03/06/11

Mais um assentado é morto no Pará, em Eldorado do Carajás

BRASÍLIA - Mais um assentado da reforma agrária foi morto no Pará, em meio à onda de assassinatos registrados no estado nas últimas semanas. De acordo com informações da Polícia Civil, o trabalhador foi morto a tiros dentro de um assentamento em Eldorado do Carajás, cidade onde ocorreu, em 1996, o massacre de 19 sem-terra. Eldorado fica no sudeste do Pará, na mesma região de Nova Ipixuna, onde o casal de extrativistas José Cláudio Ribeiro da Silva e Maria do Espírito Santo foi morto em 24 de maio.

A Polícia Civil está no local e o corpo deverá ser removido para Marabá. De acordo com informações iniciais, o primeiro nome da vítima é Marcos e o crime teve características de execução. Nas últimas semanas, quatro ativistas que atuam na Amazônia foram mortos e o governo chegou a reconhecer, na terça-feira, não ter instrumentos e condições para garantir a segurança de todos os líderes que correm risco.

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) elaborou uma lista de ameaçados que correm risco de vida. A ministra da Secretaria de Direitos Humanos, Maria do Rosário, afirmou ser necessário fazer uma triagem na relação da entidade e escolher quais são os prioritários entre os mais ameaçados.

O Globo, 03/06/11

Para senadora Kátia Abreu, mortes no campo são crimes comuns

RIO - No dia em que mais um trabalhador rural foi morto no campo, a senadora Kátia Abreu (TO) classificou de "oportunismo" o tratamento dado às mortes, que, segundo ela, são crimes comuns. Nas últimas semanas, cinco ativistas foram assassinados.

- Isso é oportunismo. É querer usar uma situação trágica, inaceitável para todos, e culpar uma lei ambiental ou o Código Florestal - disse Kátia, que é presidente da Confederação Nacional da Agricultura (CNA). - É lamentável, mas a segurança pública tem sido um problema nacional. Em 2009, a CNA pediu ao Ministério da Justiça um plano de combate às invasões de terra e nada foi feito.

Em relação ao Código Florestal, que agora tramita no Senado e vai ser analisado por três comissões, Kátia disse que o ideal seria votá-lo antes do recesso de julho:

- Esse prazo de 180 dias não é necessário, acho lamentável. Há uma insegurança no campo que se arrasta por mais de dez anos, e a insegurança jurídica faz com que produtores se retraiam.

Kátia ressaltou ainda que "anistia não existe" no texto aprovado pela Câmara.

- Entendo que anistia é suspender a cobrança de multa sem pedir contrapartida. Então, anistia não existe.

MST Informa - 6/6/2011

Mais de mil trabalhadores fazem duas ocupações no planalto catarinense

O frio não assustou os lutadores do povo e na manhã desta segunda-feira (6/6), quando o MST e o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) ocuparam o canteiro de obras da Usina Hidrelétrica Garibaldi, no município de Abdon Batista, e um latifúndio improdutivo em Cerro Negro, cidade vizinha.

No protesto, 700 pessoas trancam as obras da barragem e mais 300 pessoas fazem a luta pela terra no município vizinho.

As lutas pressionam a empresa concessionária das obras e governos de todas as esferas para que as vidas sejam levadas em consideração ao construir o desenvolvimento do país. Até agora a empresa não se manifestou e o governo federal já respondeu a pauta da Reforma Agrária, mas ainda não colocou em prática.

Os funcionários da empresa apoiam a mobilização e afirmam que as condições em que trabalham são precárias e que a empresa tem tradição em quebra de contrato e desrespeito às leis trabalhistas.

As famílias vizinhas da obra, que ainda não estão organizadas como atingidas, também demonstraram solidariedade para como os manifestantes, servindo-lhes de água e de seus pomares. Os atingidos reafirmaram as injustiças que estão sendo cometidas pela empresa construtora Triunfo.

As ocupações seguirão até que sejam resolvidos os conflitos e os trabalhadores tenham suas reivindicações atendidas.

MST Informa

Fazendeiro Jose Rodrigues pagou pistoleiros para matar casal

A polícia do Pará acredita ter praticamente elucidado o assassinato do casal de ambientalistas José Cláudio Ribeiro da Silva e Maria do Espírito Santo, em Nova Ipixuna, no sudeste do Estado, ocorrido em 24 de maio. O principal suspeito do duplo homicídio é um fazendeiro conhecido como José Rodrigues, que teve a prisão preventiva solicitada à Justiça da Comarca de Nova Ipixuna.

José Cláudio e Maria do Espírito Santo foram assassinados a tiros por pistoleiros na estrada que dá acesso ao assentamento Praia Alta Piranha. Eles eram líderes da comunidade de famílias que vivem do extrativismo de castanha-do-pará.

Segundo a polícia, o fazendeiro teria encomendado o crime por R\$ 5 mil a dois pistoleiros. Ontem, foram divulgados os retratos falados de dois suspeitos.

Os assassinos estão foragidos e provavelmente deixaram a região de barco, pelo Rio Tocantins. O valor que teria sido pago por Rodrigues não foi confirmado pelos delegados que investigam o caso.

Terras

O motivo do crime, ainda segundo as investigações policiais, seria o fato de Rodrigues ter comprado lotes de terra destinados a vários assentados para expandir sua criação de gado na área. Ele tem uma fazenda vizinha aos limites do assentamento dos castanheiros.

Ao saber da negociação dos lotes, José Cláudio teria dito ao fazendeiro que aquela terra não poderia ser vendida e que ele não iria deixar que a venda fosse concretizada. O ambientalista, segundo apuração da polícia, chegou inclusive a mandar que os assentados permanecessem nos lotes.

Rodrigues, mesmo sem ter qualquer ordem judicial, foi ao assentamento acompanhado de policiais de Nova Ipixuna, a fim de expulsar os agricultores dos lotes em que estava interessado. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) tomou conhecimento do fato e informou que os lotes pertenciam aos assentados.

Furioso

Rodrigues teria afirmado, segundo depoimento dado por um lavrador à polícia paraense, que ele perderia os lotes, mas que José Cláudio e Maria, mais cedo ou mais tarde, pagariam caro por isso. Um madeireiro conhecido por Gilsão teria ficado a favor de Rodrigues.

Denúncias. Desde 2008, José Cláudio e Maria do Espírito Santo lutavam contra a devastação florestal e a exploração ilegal de madeira. Eles fizeram duas denúncias ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) contra madeireiros de Nova Ipixuna que, segundo depoimentos de assentados a que o Estado teve acesso, também tinham interesse na morte da dupla.

Defensor da floresta, o casal não aceitava que assentados permitissem a exploração ilegal de madeira - postura que dividia as famílias do assentamento.

(Por Carlos Mendes - De O Estado de S.Paulo)

Instituto do Observatório Social, 09/06/11

Alteração do Código Florestal terá impactos significativos, diz estudo do Ipea

Um comunicado do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) publicado hoje (8) informa que a alteração do Código Florestal Brasileiro, aprovada na Câmara, terá impactos significativos "sobre a área com vegetação natural existente nos biomas brasileiros e sobre os compromissos assumidos pelo Brasil para a redução de emissões de carbono". Por conta disso, o estudo indica a importância de serem buscadas alternativas para viabilizar a aplicação efetiva das leis ambientais, com o objetivo de "conciliar o desenvolvimento econômico e a conservação ambiental".

De acordo com o Ipea, o comunicado tem o objetivo de fornecer subsídios para a discussão de alteração do código no Senado, onde se encontra a proposta votada na Câmara. O

estudo tem como foco as áreas de reserva legal em propriedades de até quatro módulos fiscais (entre 20 e 440 hectares, dependendo da localidade), que serão dispensadas de recuperação caso as mudanças se tornem lei.

Um levantamento com base no Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR), apresentado no texto, indica que o país tem 5,18 milhões de imóveis rurais, ocupando 571 milhões de hectares. Aqueles com até quatro módulos fiscais são 4,6 milhões, ou 90% do total. No entanto, elas ocupam apenas 24% da área total das propriedades do campo, com 135 milhões de hectares.

Segundo o Ipea, os produtores rurais, principalmente os familiares, deveriam ser estimulados a preservar e recuperar as reservas legais de suas propriedades, recebendo pelo uso sustentável da floresta. "Esse incentivo poderia vir por meio de políticas de estímulo ao uso sustentável da reserva legal", conclui o comunicado.

(Fonte: Agência Brasil)

Instituto do Observatório Social, 14/06/11

Mais um trabalhador rural é assassinado no Norte do país

Menos de um mês depois de quatro ativistas ambientais serem mortos no Norte do país, o trabalhador rural Obede Loyla Souza, de 31 anos, casado e pai de três filhos, foi assassinado no Pará, no último dia 9. A Comissão Pastoral da Terra (CPT), ligada à Igreja Católica, informou que ele foi morto com um tiro no ouvido e que o corpo foi encontrado na cidade de Tucuruí – considerada uma das principais áreas de exploração ilegal de madeira da região, principalmente da castanheira.

De acordo com a CPT, não há informações sobre as razões que levaram à morte de Obede. Mas testemunhas contaram que, entre janeiro e fevereiro, o agricultor discutiu com representantes de madeireiros na região.

Informações obtidas pela comissão apontam que, no dia do assassinato de Obede, uma caminhonete de cor preta com quatro pessoas entrou no Acampamento Esperança - onde morava o agricultor. O presidente do Projeto de Assentamento Barrageira e tesoureiro da Casa Familiar Rural de Tucuruí, Francisco Evaristo, disse que viu a caminhonete e considerou o fato estranho. Como Obede, ele também é ameaçado de morte.

No fim de maio, quatro ambientalistas foram assassinados – três no Pará e um em Rondônia. A lista de pessoas ameaçadas, segundo a CPT, contabiliza mil nomes. O documento já foi entregue às autoridades brasileiras e também estrangeiras.

A presidenta Dilma Rousseff convocou uma reunião de emergência, no último dia 3, para discutir o assunto em Brasília. Ela ouviu os governadores do Pará, Simão Jatene, do Amazonas, Aziz Elias, e de Rondônia, Confúcio Moura. Também estavam presentes na reunião seis ministros – Nelson Jobim (Defesa), José Eduardo Dutra (Justiça), Maria do Rosário (Secretaria de Defesa dos Direitos Humanos), Gilberto Carvalho (Secretaria-Geral da Presidência) e Afonso Florence (Desenvolvimento Agrário).

Ao final da reunião, a presidenta determinou o envio de homens da Força Nacional de Segurança ao Pará. Os homens chegaram ao estado no último dia 7 e devem permanecer no local por tempo indeterminado, segundo as autoridades brasileiras.

(Fonte: Agência Brasil)

MST Informa

Devastação alcança 45,4% da área da Caatinga

Entre 2008 e 2009, a Caatinga, bioma predominante do Nordeste brasileiro, perdeu 1.921 quilômetros quadrados (km²) de vegetação nativa, uma área equivalente a 200 campos de

futebol. A média anual foi de 0,23% a menos da área original do bioma por ano, ritmo menor que o medido entre 2002 e 2008, de 0,28% de floresta derrubada anualmente.

Os estados que mais desmataram o bioma entre 2008 e 2009 foram a Bahia, o Ceará e Piauí, que juntos foram responsáveis por 77% da derrubada total no período. Os dados são do Centro de Sensoriamento Remoto do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), divulgados hoje (17).

"Apesar da queda, já temos uma perda expressiva do bioma, de quase 46% da vegetação original. Isto demonstra a urgência de estimular projetos para o uso sustentável dos recursos do bioma", disse a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira.

A Caatinga já teve 45,4% de seu território desmatado, cerca de 400 km² a menos de vegetação original. O desmatamento mais recente do bioma está ligado com a exploração ilegal de madeira para produção de carvão. Além da ameaça do desmatamento, o bioma é um dos mais vulneráveis às mudanças climáticas, com áreas sob grave risco de desertificação.

Hoje, o ministério e a Caixa anunciaram investimentos de R\$ 6 milhões para projetos de uso sustentável dos recursos naturais da Caatinga. Os recursos poderão financiar projetos de manejo florestal e eficiência energética, por exemplo. Segundo o ministério, os editais serão divulgados na próxima semana.

A Caatinga é o único bioma exclusivamente brasileiro e ocupa cerca de 11% do território do país, distribuído nos estados da Bahia, Paraíba, do Maranhão, Ceará, Piauí, Rio Grande do Norte, de Pernambuco, Alagoas, Sergipe e no norte de Minas Gerais.

(Por Luana Lourenço - Da Agência Brasil)

Agência Brasil, 21/06/11

Setor agrícola do Sudeste aumenta contratação de trabalhadores

Brasília – O número positivo do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), divulgados hoje (20) pelo Ministério do Trabalho e Emprego foi impulsionado pelo desempenho positivo do setor agrícola, que teve expansão de 79.584 postos de trabalho, relacionado, principalmente, ao cultivo de café, cana-de-açúcar e laranja na Região Sudeste. Houve queda apenas no cultivo da uva, que teve saldo negativo de 3.259 postos.

Já a alta do setor de serviços foi puxada pela expansão de seis segmentos. Transportes e Comunicações foram os que tiveram os melhores resultados, com acréscimo de 14 mil novas vagas de trabalho. Os serviços médicos e odontológicos tiveram aumento de 7.605 postos de trabalho. Alojamento e Alimentação também contribuíram para o bom desempenho do setor com acréscimo de 17.940 vagas.

O desempenho favorável da indústria da transformação teve base na indústria de produtos alimentícios que abriu 17.733 novas vagas. Seguida pela indústria química e metalúrgica, com 7.933 e 5.050 novos postos, respectivamente.

Todas as regiões expandiram o emprego. O Sudeste teve o melhor resultado com 174.836 novas vagas. A Região Sul abriu 25.741 postos de trabalho formais, seguida pelo Nordeste com 25.904 e pelo Centro-Oeste com 21.094. A Região Norte abriu 4.567 postos. Segundo o relatório do Caged, o menor desempenho da região pode ser atribuído às demissões nos setores de serviços de comércio e administração de imóveis e da construção civil.

Das 27 unidades de Federação, 24 apresentaram elevação no número de empregos formais. Destaque para São Paulo (+86.737), Minas Gerais (+56.977), Rio de Janeiro (+18.613), Espírito Santo (+12.519) e Goiás (+12.218). O maior declínio ficou com Alagoas que registrou 2.228 demissões.

(Luciene Cruz - Agência Brasil)

Agência Brasil, 23/06/11

Pará registrou 219 mortes no campo nos últimos dez anos, com apenas quatro condenações

Brasília - Nos últimos dez anos, o Pará registrou 219 homicídios no campo, mas houve apenas quatro condenações em consequência desses crimes. Em 37 casos, não houve sequer instauração de inquérito para investigar as mortes. As informações são do procurador do Tribunal Regional Federal da 1ª Região José Marques Teixeira, que participa de audiência pública sobre violência no campo na Comissão de Direitos Humanos e Participação Legislativa do Senado.

O procurador lembrou o caso do trabalhador rural Antônio Francisco dos Santos, morto em Anapu (PA) em 2002. *"A delegacia só foi implantada em outubro de 2006. Até então, os inquéritos eram feitos de forma precária pela Polícia Militar"*, disse.

"A forma de apurar [os homicídios] só milita no sentido de que a impunidade seja sacramentada, ainda que pessoas acusadas de crimes sejam processadas", acrescentou durante a audiência pública. O secretário de Segurança Pública do Pará, Luiz Fernandes Rocha, foi convidado para participar da reunião, mas enviou como representante o diretor de Polícia do Interior, delegado Sílvio César Batista.

O presidente da Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo, Gercino da Silva Filho, que é o ouvidor agrário nacional, disse que entre as principais razões para a ocorrência de crimes no campo estão grilagem de terras públicas ou a ocupação ilegal dessas áreas e extração ilegal de madeira.

Como forma de tentar solucionar o problema, Gercino destacou os mutirões judiciais, feitos para acelerar os processos e os inquéritos sobre conflitos agrários. Os mutirões, segundo ele, já estão em andamento em Rondônia e Mato Grosso, *"para agilizar o julgamento desses processos acabando com a sensação de impunidade que existe na zona rural"*.

Outra medida tomada foi a criação de um manual com diretrizes nacionais para a execução de mandados judiciais. O manual disciplina a maneira de cumprimento dos mandados, dizendo como a Polícia Federal e a Polícia Militar, se requisitadas para dar apoio no cumprimento do mandado, devem proceder.

(Priscilla Mazenotti - Agência Brasil)

Instituto do Observatório Social, 28/06/11

No Tocantins, assentamento enfrenta clima de medo e ameaças

Depois da morte do casal de extrativistas José Cláudio Ribeiro da Silva e Maria do Espírito Santo, em Nova Ipixuna (PA), as atenções do Estado e da mídia se voltaram para os conflitos agrários da região. Contudo, o problema da violência relacionada à questão agrária não se limita ao estado do Pará - espalhando-se, muito pelo contrário, por diversas fronteiras do agronegócio no Brasil.

No Projeto de Assentamento Santo Antônio-Bom Sossego e no Acampamento Vitória, em Palmeirante (TO), famílias sofrem com ações de pistoleiros, ameaças, incêndio de casas e roças e até assassinato, como foi o caso do trabalhador Gabriel Vicente de Souza Filho (assassinado em outubro do ano passado).

Na última quarta-feira (15), o barracão onde aconteceu uma reunião com as famílias do Projeto de Assentamento Santo Antônio-Bom Sossego foi incendiado à noite. Quem conta a notícia é Silvano Lima Rezende, 37 anos, agente da Comissão Pastoral da Terra Regional Araguaia-Tocantins. Silvano atua na região desde 1999. *"Fizemos uma reunião para informar as famílias do andamento da situação às cinco horas da tarde, quando foi dez da noite o mesmo local foi incendiado"*, conta.

A Polícia Federal realizou na manhã de sexta-feira (17) uma operação para cumprir vários mandados de busca e apreensão, na sede de fazendas da região de Palmeirante e em alguns barracos de posseiros, em busca de possíveis culpados pelo incêndio do barraco em que a reunião comunitária havia sido realizada. Segundo a CPT, durante a operação da polícia, foram apreendidas duas armas de fogo, uma espingarda e um revólver.

Tiros e ameaças

Nos dois primeiros dias do mês de junho, as famílias relataram à CPT que ouviram disparos de arma de fogo no mesmo local. Segundo os assentados, um grupo de oito pistoleiros armados estaria instalado na sede da fazenda de propriedade de Waldemar Bento da Rocha. A fazenda encontra-se na área do assentamento, que se encontra em litígio, sendo reivindicada pelos assentados e por Bento da Rocha (*ver abaixo*).

Em 27 de abril deste ano, também foram efetuados diversos disparos, a partir das 17h, na sede da referida fazenda - expediente de intimidação que se alongou por várias horas noite adentro.

Segundo a CPT, cinco trabalhadores do assentamento e do acampamento estão ameaçados de morte. Estariam marcadas para morrer as seguintes pessoas: Noginel Batista Vieira, assentado desde 2003 no Projeto de Assentamento Santo Antonio; Valdeni da Silva Medeiros e Raimundo Nonato, assentados no mesmo projeto de assentamento desde 2008; e José Valdir Muniz e Divino de Jesus Vieira, acampados, desde 2010, no acampamento Vitória.

Apesar de não estar na lista de ameaçados entregues à ministra Maria do Rosário pela CPT (com mais de 1.800 nomes), Silvano tem recebido ligações com objetivo de intimidá-lo. *"Estamos em situação de risco, eu recebo ameaças por telefone e recados. O fazendeiro Paulo Freitas, acusado de assassinar Gabriel [em outubro de 2010] já ligou algumas vezes para mim. No dia 3 de junho registrei um Boletim de Ocorrência. Daí começou uma série de ligações de números privativos para me intimidar"*, relata o agente da CPT.

Na entrevista [abaixo] concedida à *Repórter Brasil* na última quinta-feira (16), Silvano relata o clima de ameaças e medo vivido atualmente na região, demonstrando a necessidade de atenção urgente por parte das autoridades:

P - Os bispos do Tocantins divulgaram carta denunciando recentes ameaças em duas áreas no município de Palmeirante, norte do Estado. Qual a situação?

R - O Assentamento está situado aproximadamente a 40 quilômetros da cidade de Colinas do Tocantins, na TO-335, lado esquerdo. O Acampamento Vitória se localiza no km 33, margem direita da mesma rodovia. Dezenove famílias do acampamento reivindicam junto ao Inbra a vistoria da Fazenda Santo Reis, conhecida popularmente por fazenda "Brejão". Nessas áreas, já denunciadas várias vezes, surgiram novas ameaças de morte contra trabalhadores rurais.

A área que é hoje o Assentamento Santo Antônio-Bom Sossego foi grilada por três fazendeiros. Por ser área da União, em 2003, o Inbra criou o assentamento que comportaria 19 famílias. Em 2005, famílias sem-terra ocuparam a área. O Inbra, porém, inexplicavelmente, acabou reduzindo o número de famílias a serem assentadas para nove, por um acordo "verbal" com os ditos "fazendeiros", que ficaram com a área restante onde deveriam ser assentadas as outras 10 famílias. Um dos beneficiados é Waldemar Bento da Rocha.

Em 2010, os trabalhadores e a CPT denunciaram a exploração de madeira da reserva legal do assentamento, articulada pelos grileiros, pistoleiros e madeireiros da região. Em decorrência disso, a polícia militar e o Naturatins apreenderam equipamentos, veículo e madeira derrubada.

Em outubro de 2010, pistoleiros atearam fogo em barracos das famílias ocupantes. Em dezembro, pistoleiros ainda efetuaram disparos por sobre os barracos de palha e lona do Acampamento Vitória. A polícia militar foi acionada e encontrou cápsulas de arma de fogo nas proximidades do acampamento.

Todos esses fatos, intimidações e ameaças foram denunciados na delegacia de Palmeirante e encaminhados à Superintendência do Incra (TO), à Ouvidoria Agrária Nacional e ao Ministério Público Federal do Tocantins.

Desde abril deste ano, oito homens perigosos ficam na sede de um dos grileiros, fazendo ameaças às famílias, dizendo que vão limpar a área. Dá um sentimento de impotência muito grande porque fazemos denúncias e nada, não tem responsabilização dos culpados e nem ação das autoridades.

Queremos fazer uma denúncia pública para a Secretaria de Direitos Humanos para pedir proteção. Estamos em situação de risco, eu recebo ameaças por telefone e recados. O fazendeiro Paulo Freitas, acusado de assassinar o Gabriel já ligou algumas vezes para mim. No dia 3 de junho registrei um Boletim de Ocorrência. Daí começou uma série de ligações de números privativos para me intimidar.

P - Uma das áreas em conflito é um assentamento (PA Santo Antonio), não uma ocupação. Como isso acontece? Qual o posicionamento do Incra?

R - Em audiência junto ao Ministério Público Federal, Ouvidoria Agrária Nacional e Regional, CPT e representantes dos posseiros, no dia 17 de novembro do ano passado, o Incra se comprometeu a entrar com ação contra os 3 grileiros e regularizar as 10 famílias que faltam. O juiz entendeu que é área da União com projeto de assentamento.

Porém não teve nenhuma providência ainda. A justificativa do Incra para a demora é o recesso de final de ano, a transição do governo federal e a falta de recursos por conta dos cortes. Nós sabemos que em fevereiro deste ano, a Superintendência do Incra fez o pedido ao Ministério do Desenvolvimento Agrário [de verba para atender a demanda] e desde março o dinheiro está na conta do Incra. Eu soube que hoje [quinta-feira, 16] está sendo feita a notificação para os grileiros para se retirarem da terra.

A morosidade atrapalha e dá brecha para as ameaças e conflitos com pessoas armadas. Um dos tiros passou próximo de uma das crianças. As mulheres e as crianças estão muito assustadas porque muitas vão a pé para a escola, andam cerca de 3 km.

Hoje o pessoal tem arroz, feijão, farinha, mesmo diante do conflito esse pessoal tem o mínimo para sobreviver e eles não têm pra onde ir. Precisam da terra. Eles têm ciência que não têm pra onde ir. E se alguém chegar a ser assassinado, nós responsabilizaremos o Incra porque esse local já era assentamento, terra da união, era para tudo estar certinho já

P - Como o Estado tem agido para coibir esse tipo de violência?

R - A única coisa de concreto é um encaminhamento da Ouvidoria Agrária comunicando as autoridades estaduais para que tomem providências. Mas não temos ação concreta, segurança para as famílias. A Secretaria de Direitos Humanos só priorizou Pará e Rondônia. Tocantins está fora do foco da proteção.

P - mComo estão as investigações do assassinato do trabalhado Gabriel Vicente de Souza?

R - As últimas notícias que tivemos é que não houve prisões. Não sabemos nem se as investigações estão andando mesmo. O principal acusado, o fazendeiro Paulo Freitas, está respondendo em liberdade por ser réu primário. E os dois pistoleiros estão foragidos, não se apresentaram à Justiça, como fez Paulo. O Ministério Público Estadual não tinha oferecido denúncia até 5 de maio. A Ouvidoria Agrária está ciente e estamos cobrando. Na reunião de ontem (15) surgiu a proposta de marcar uma audiência com o promotor de Filadélfia (TO) para conversar sobre o caso e dar explicação para as famílias.

P - Qual a atuação da CPT nesses casos? Você sofre algum tipo de ameaça por conta dela?

R - Nesses casos nós temos o papel de orientar as famílias de como proceder. Informar e formar as famílias e mantê-las atualizadas. Ao mesmo tempo, somos mediadores para fazer pressão para que as autoridades sejam mais céleres. Nós buscamos fortalecer a luta, dar esperança, para dar condição mínima para as famílias resistirem e continuar a caminhada, que é difícil.

Em alguns casos, principalmente de despejos, contribuímos juridicamente. Temos uma parceria com um escritório de advocacia.

Além de fazer este trabalho, estamos juntos com as famílias e acabamos por dar publicidade à causa, usando os meios de comunicação, acabamos mais expostos e não tem jeito, sofremos ameaças sim, recebemos ligações estranhas, recebemos recados diretos. Se o Estado fosse operante e eficiente provavelmente teríamos uma menor participação, mas acabamos preenchendo esta lacuna. Trabalho árduo e desigual, mas continuamos acreditando.

P - A partir do assassinato de Zé Claudio e Maria, no Pará, o tema da violência no campo ganhou destaque na mídia nacional. Você acha que há uma escalada de violência ou a situação apenas ganhou projeção?

R - A avaliação que fazemos é que existe um modelo de desenvolvimento adotado no país, atrelado ao agronegócio, que por sua vez tem por objetivo avançar na produção em alta escala, como soja, eucalipto, pecuária, cana, e isso tem efeito nos pequenos produtores.

Nossa região tem muita terra pública da União, 62% de Palmeirante são terras da União e isso deveria ir para a Reforma Agrária e isso não é feito. É mais importante deixar a soja avançar, são diversos interesses econômicos envolvidos visando o lucro. E tudo isso gera uma situação conflituosa porque pessoas que cultivam a terra entram em embate com esse modelo de desenvolvimento, as famílias pobres, sem acesso a políticas públicas que teimam e resistem em suas terras para garantir o mínimo.

Tem uma diferença muito grande entre quem quer preservar a floresta e o cerrado e quem quer lucrar com a sua destruição. O Banco do Brasil, da Amazônia, BNDES acaba emprestando dinheiro pra isso [desmatamento].

O agronegócio vem como rolo compressor e aí acontecem tragédias. As autoridades agem como se esses conflitos fossem casos isolados, mas não é. Quando a tragédia já ocorreu, vem o Estado e diz que se fará presente. Mais trabalhadores terão que morrer para o Estado repensar sua forma de intervenção? O Poder Judiciário tem uma visão conservadora e reacionária, pautada pelo lado economicista, e com isso as ações [movidas na Justiça] são intermináveis.

Os conflitos agrários no Brasil, de uma maneira geral, têm momentos de ápices. Mas tudo isso ocorre diante da falta de ação do Estado.

P - Por que a região que inclui Pará, Tocantins e Maranhão é tão violenta?

R - A violência se instala pela falta de desenvolvimento local, uma lógica que expulsa as famílias. A grande questão é a concentração de terras e a falta de investimento em iniciativas como a Economia Solidária e a agroecologia, em que as famílias são protagonistas da mudança.

P - Há motivos para continuar na luta, mesmo diante das ameaças e do cenário político?

R - Mesmo diante dessa falta de motivação, existe uma grande expectativa de transformação. Nós nos frustramos muito, mas mesmo diante disso, nós temos companheiros no Brasil todo que nos apóiam. A CPT tem se mantido fiel a esse projeto de caminhar ao lado das comunidades que não têm vez e não têm voz. Eu queria destacar meus companheiros: o Edmundo Rodrigues Costa, o frei Xavier Plassat, o Pedro Antônio Ribeiro, a Valéria Pereira Santos, o Samuel dos Reis Viana, e todos que atuam para construir um mundo melhor.

MST Informa – 28/06/11

Ibama flagra desmatamento com agrotóxico no Amazonas

O Ibama apreendeu na sexta-feira quatro toneladas de agrotóxicos que seriam utilizados para desmatar 3.000 hectares de floresta nativa da União em Novo Aripuanã, sul do Amazonas.

O único registro de uso de agrotóxico em desmatamentos no Estado ocorreu em 1999. Durante um sobrevoo, fiscais do Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) encontraram uma área de 250 hectares, no município de Boca do Acre, já destruída por ação do veneno Tordon 2,4 D.

Pulverizados sobre a floresta, os agrotóxicos têm o poder de desfolhar as árvores. "A floresta vira um grande paliteiro, facilitando o desmatamento. É o mesmo processo usado pelo exército norte-americano para encontrar os vietnamitas na guerra do Vietnã", disse o superintendente do Ibama no Amazonas, Mário Lúcio Reis.

Operação

Os fiscais do Ibama monitoravam o envio da carga de Rondônia para Novo Aripuanã (227 km de Manaus) havia uma semana.

Na sexta-feira, os produtos foram apreendidos em uma região de floresta desabitada às margens do rio Acari (afluente do Madeira), que fica nos limites entre a RDS (Reserva de Desenvolvimento Sustentável) do Juma e uma propriedade de um fazendeiro de Rondônia.

Os produtos químicos estavam escondidos debaixo de uma lona. Na carga, foram identificados os agrotóxicos 2,4 D Amina 72, U46BR, Garlon 480 e óleo mineral. Eles são comercializados legalmente como herbicidas para matar ervas daninhas em plantações de arroz e milho.

O nome do fazendeiro, que já foi multado por desmatar floresta nativa em outra ocasião, está sob sigilo devido às investigações do novo crime ambiental. A multa pode chegar a R\$ 2 milhões.

Reis afirma que os fiscais encontraram uma pista de pouso na fazenda, de onde partiria um avião pulverizador para jogar os agrotóxicos sobre a floresta.

Queimadas

Ainda de acordo com o superintendente, após a pulverização as árvores que têm valor comercial são derrubadas com motosserras. "Depois, eles fazem queimadas para limpar o terreno. No lugar da floresta, o fazendeiro iria criar um grande pasto."

Segundo o agrônomo e pesquisador do Inpa (Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia) Hiroshi Noda, ao serem lançados sobre a floresta, os agrotóxicos contaminam solo, lençóis freáticos, animais e seres humanos.

"Eles causam uma reação química no metabolismo das árvores, provocando seu colapso imediato", disse. Noda afirmou que, meses após a pulverização dos agrotóxicos, a terra pode ser utilizada para pastagens.

(Fonte: Folha de S. Paulo)

MST Informa - 28/06/2011

Agrotóxicos no arroz, no feijão, na batata, no leite materno, no ar, nas chuvas...

Quando adquire um produto no supermercado o cidadão brasileiro talvez não faça idéia dos riscos que está correndo de consumir um produto que fará mal à sua saúde a médio e longo prazo.

Dados divulgados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) comprovam que diversos tipos de alimentos ainda contam com resíduos de agrotóxicos extremamente deletérios à saúde humana.

O problema reflete a colocação do Brasil num ranking que chama a atenção pela seriedade do assunto; o país é o primeiro no mundo a alimentar o mercado de agrotóxicos.

Letícia Silvia, gerente de normatização da Anvisa ressalta que durante uma coleta de alimentos inspecionados pelo órgão no ano de 2009 foram detectados a presença dos produtos químicos em vários alimentos, como por exemplo; arroz, feijão, batata, cebola, pimentão, entre outros. Segundo ela, só o pimentão produzido no Paraná chegou a apresentar 80% de resíduos tóxicos. Outros alimentos como morango e uva apontaram 50% a 56% da presença dos venenos.

Um estudo levantado pelo órgão no município de Lucas do Rio Verde (MT) onde a produção de soja é predominante no meio agrícola, foram constatados a presença de resíduos tóxicos até mesmo na água da chuva. "Essa preocupação com a contaminação da água é outra questão muito séria que devemos observar. Os estudos feitos nessa cidade chegaram a apontar uma porcentagem de agrotóxicos até mesmo no ar de algumas escolas e também no leite materno das mulheres que vivem próximo às lavouras", diz Letícia.

Para Letícia, o único caminho para a mudança dessa realidade é uma participação efetiva da população para cobrar dos órgãos públicos a mudança e a proibição da comercialização de alguns insumos. "A saúde é um direito de todos e um dever do Estado. É preciso que todos estejam informados dessa realidade de consumo de alimentos com produtos químicos. É preciso que a própria sociedade se mobilize para mudar essa situação", diz.

Em busca de uma cultura sadia

A necessidade de mudança do modelo atual praticado na agricultura brasileira é urgente, afirma o dirigente do MST, João Pedro Stedile.

De acordo com o militante, a agricultura praticada atualmente no Brasil é inviável porque tem como principal interesse o capital, além de atuar contra a preservação da natureza sem responsabilidade social. "O que se está produzindo hoje são commodities por isso não há limites para a busca desenfreada do lucro", reforça.

Entre algumas práticas do agronegócio estão: uso de fertilizantes químicos, cultivo de mudas clonadas e monocultura. Stedile enfatiza ainda que esse modelo de produção busca a exploração da terra, energia (petróleo, hidrelétricas) e concentração cada vez maior de terras.

"Durante todo o século 20 o capitalismo esteve se inteirando das indústrias, hoje ele está no mercado financeiro produzindo uma aliança que faz os grandes proprietários de terra querer cada vez mais terra. O que se busca é aumentar o lucro, um aumento da demanda de trabalho temporário, a substituição de pessoas por máquinas e ainda usam do veneno", reforça.

Para Stedile, a necessidade da mudança é urgente e por isso é necessário a mobilização popular. "Precisamos defender nossas sementes, lutar contra os venenos e ser os principais protagonistas. Um caminho é estimular as prefeituras a priorizar os alimentos da agricultura familiar na merenda escolar, o que já se é limitado hoje a pelo menos 30%. Podemos aumentar essa porcentagem além de fazer com que o espaço da agricultura familiar seja priorizado e valorizado porque o alimento orgânico não deteriora com a natureza e é um alimento saudável", finaliza.

(Matérias extraídas do boletim "Notícias sindicais", divulgado diariamente pelo assessor sindical Ernesto Germano)